

## Opinião do GLOBO

## Não deve haver perdão a multas da Odebrecht

Empresa recorreu a Toffoli para deixar de pagar por crimes confessados com fatura de provas

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli recebeu no último dia 9 um pedido da Novonor — novo nome da Odebrecht — para suspender os pagamentos à União relativos à multa de R\$ 3,8 bilhões imposta pelo acordo de leniência firmado pela empresa na Operação Lava-Jato. A Novonor reivindicava tratamento semelhante ao recebido de Toffoli pela holding J&F, dos irmãos Loesley e Wesley Batista. Em dezembro, numa decisão provisória que ainda não foi examinada por outros ministros do Supremo, Toffoli suspendeu os pagamentos da multa de R\$ 10,3 bilhões que a J&F concordara em pagar no acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito de outra operação paralela à Lava-Jato, a Greenfield.

O recuo nos acordos de leniência firmados por empresas que confessaram seu envolvimento em crimes e falcatruas com dinheiro público é mais um capítulo lastimável na sucessão de retrocessos no combate à corrupção nos últimos anos. Para Toffoli, havia no caso da J&F “no

minimo dúvida razoável” a respeito de um requisito essencial ao acordo: ser voluntário. Se a justificativa já é questionável para a J&F, usá-la para a Odebrecht seria completamente fora de propósito.

A Odebrecht entregou de forma voluntária provas de corrupção em 49 contratos. Os dados de seu sistema de pagamento de propina foram mantidos íntactos, e mais de 70 executivos subscreveram as declarações. Empresários, políticos e executivos confessaram crimes. Tudo foi registrado em gravações atestando que não houve coerção. A Odebrecht ainda firmou acordo com autoridades americanas e suíças admitindo ter pago US\$ 788 milhões em propina em 12 países. Apesar de tudo isso, em setembro passado Toffoli surpreendeu o mundo jurídico ao anular todas as provas da delação da empresa, embora não tenha invalidado o acordo. Na ocasião, a Novonor não manifestou intenção de rompê-lo. Agora aparentemente mudou de ideia.

Para justificar a anulação das provas, Toffoli citou as mensagens obtidas ilegalmente com conversas entre os procuradores da Lava-Jato e o

ex-juiz Sérgio Moro e afirmou que não havia acordo internacional para o envio de dados da Suíça para o Brasil. Pouco tempo depois, foi desmentido pelos fatos: havia o acordo. Nem assim o caso voltou a ser avaliado pelos demais ministros da Corte. Ao constatar eventuais problemas, não teria havido outra alternativa além da anulação total?

Os erros e abusos dos procuradores e de Moro são de conhecimento público. Tão ou mais evidente é a capacidade de os envolvidos em corrupção escaparem das garras da Justiça, mesmo quando há fatura de evidências. No caso da Lava-Jato, as empresas foram condenadas também no exterior com base nas mesmas provas. Mais que as multas, está em jogo a credibilidade da própria Justiça. Dada a relevância do tema num país com o histórico de impunidade do Brasil, a avaliação não pode recair sobre um único ministro. Deveria ser colegiada. A Segunda Turma, que cuida dos casos da Lava-Jato, e mesmo o plenário do Supremo têm o dever de examinar a questão, para que não pareça dúvida sobre sua solidez jurídica.

## Insistir em vistos é o contrário do que Brasil precisa para fortalecer turismo

Governo deveria voltar a cancelar exigência para cidadãos americanos, australianos e canadenses

O governo adiou para abril a exigência de visto de entrada no Brasil para cidadãos americanos, australianos e canadenses. A abertura de uma janela de seis meses para o cancelamento da exigência de visto para entrar nos Estados Unidos, no Canadá e na Austrália (no jargão diplomático, tal argumento é conhecido por “reciprocidade”).

Tramita no Congresso projeto acabando com a exigência dos vistos. Ele nem seria necessário se o próprio governo tivesse o bom senso de aproveitar a extensão do prazo para cancelá-la. A volta do visto é contraproducente. De um lado, recria a barreira a quem quer visitar o Brasil traz consequências negativas ao turismo. De outro, em nada mudará a exigência de visto para brasileiros entrarem nos outros países, ligada a fatores locais.

Dentro do governo, o farnatário de-

fende a reciprocidade. Se brasileiros precisam de visto para entrar num país, nada mais justo, afirma o ministério, que impor a mesma exigência. Até como forma de pressão para acabar com ela. Só que a realidade contraria essa visão. Ao longo de todos os anos em que vigorou o visto para os três países, em nenhum momento eles consideraram abrir mão dele para brasileiros.

Os motivos estão ligados à imigração ilegal, ditada por circunstâncias econômicas e políticas locais. Mais de 30 mil brasileiros foram pegos tentando entrar ilegalmente nos Estados Unidos só em 2023. Outros entraram legalmente com visto, mas ficaram além do tempo de permanência, prática também comum no Canadá e na Austrália.

Ao mesmo tempo, não é difícil imaginar que acontecerá se turistas americanos, canadenses e australianos tiverem de voltar a tirar visto para visitar o Brasil. Garçons e cozinheiros em bares e restaurantes, camareiros e recepcionistas em hotéis, rececionistas de aplicativos, funcionários de empresas aéreas e aeroportos — toda a cadeia produtiva

do turismo terá menos trabalho.

Entre janeiro e novembro de 2023, 593.246 turistas americanos visitaram o Brasil, segundo os dados oficiais. O contingente é superado apenas pelos argentinos. A soma de canadenses e australianos chegou a 118.020. As entradas dos três países cresceram 23% em relação a 2018, último ano com exigência de visto. De modo geral, turistas de países ricos gastam bem mais que os da América do Sul. Nos 11 meses entre janeiro e novembro, o turismo internacional rendeu R\$ 30,8 bilhões, de acordo com o Banco Central.

Ainda é pouco perto do potencial brasileiro. O Brasil recebe turistas em quantidade comparável a Machu Picchu, no Peru, destino também distante da América do Norte e da Europa, também com imagem ruim em termos de segurança pública. O governo deveria se dedicar a lidar com nossas dificuldades e reforçar nossas vantagens. Insistir na exigência dos vistos é o contrário do que o país precisa para atrair mais turistas. É hora de ouvir menos os diplomatas e mais o próprio setor.

## Artigos

opinioes.globo.com/artigos/  
colunista@opinioes.globo.com

## VERA MAGALHÃES

vera.magalhaes@globo.com  
vera.magalhaes@opinioes.globo.com

## Feliz 2004?

Que políticos têm obsessões particulares, fruto de seu repertório cognitivo e afetivo e de sua história, é óbvio. Mas, que um político tão experientista, tanto no triunfo quanto na queda, como Lula se mostre tão afeiçoado a essas coisas num mundo tão complexo quanto o de hoje, é um tanto alarmante.

Desde que assumiu pela primeira vez a Presidência, em 2003, Lula trata com certo desdém o Fórum Econômico Mundial, em Davos. A forma de mostrar que encobria a meca do capitalismo global foi dar o mesmo peso à ida à cidadezinha da Suíça e a Porto Alegre, onde anualmente se realizava o Fórum Social Mundial. OK, tinha seu charme e fazia sucesso junto à militância, uma vez que a importância do encontro anual em Davos tinha sido uma das marcas do “neoliberal” Fernando Henrique Cardoso, que veio logo antes e cujo legado era moda derrubar.

Mas o contraponto Davos-Porto Alegre sempre foi um reducionismo não verdadeiro. Para ter maior igualdade social, é preciso mudar estruturas da ordem global, e é em palcos como o suíço que um país bem articulado deve se fazer ouvir e mostrar que tem projetos para isso.

Dal por que, passados 20 anos, um Lula maduro, que quisesse, de fato, fazer valer o slogan segundo o qual o Brasil voltou ao tabuleiro mundial, deveria ir a Davos. Ou, no mínimo, mandar o ministro da Fazenda ou o vice-presidente da República.

Até porque, em termos de contraponto com o governo anterior, nunca se pode esquecer a participação bizarras de Jair Bolsonaro em Davos logo antes da pandemia, eternizada no documentário “O Fórum”: um peixe fora d’água deixado de lado pelos líderes mundiais e ironizado pelos ativistas. Lula teria grande chance de demarcar a diferença de estatura entre o atual presidente brasileiro e o que ocupou o posto até 2022.

Não se trata de menosprezar o peso que Marina Silva tem lá fora. Mas até pelo fato de haver questões não arbitráveis na pauta ambiental e disputas internas, a presença de Alexandre Silveira na comitiva meio que “anula” a simbologia de mandar a ministra para lá. Além do mais, a greve dos servidores do Meio Ambiente, que se estende há semanas e compromete o resultado que começava a ser construído no combate aos crimes ambientais, meio que esvaíza o trunfo que Marina poderia exibir publicamente.

Outra das obsessões passadistas de Lula que resistem a cada Ano-Novo é a ideia de um capitalismo de Estado a despeito das evidências. A insistência em aboletar o ex-ministro Guido Mantega no conselho de administração da Vale se insere nessa visão de mundo que já passou na janta e o ex-Carolina e Lula não viram.

É uma espécie de terceira tentativa de dar a Mantega o que Lula acha que lhe é devido. Não deu certo no BID, não colou a ideia de tê-lo no comando da empresa, privatizada há longos 26 anos, e agora vem esse plano C, que é colocando o petista, um pouco no conselho, com um salário nada módico de R\$ 100 mil, para, lá na frente, tentar construir o acordo para que ele talvez emplaque como presidente da companhia. Aparelhar o fundo de pensão da Previ para atuar nas empresas de que é acionista é outro filme velho cuja reprise não condiz com as prioridades do mundo em franca transformação. Mesmo na agenda econômica há urgências batendo à porta do governo, um cobertor curto em termos daquilo com que é possível contar para investir e questões que dependem de uma imersão maior do presidente, até para evitar batidas de cabeça que possam desaguar em crise, como essa questão maltrapada do vai não vai da reatuação da folha de 17 setores da economia.

Na insistência em recriar um mundo conhecido, Lula fecha os olhos para o existente e para um que vai se moldando — em que a economia cresce mesmo e a emergência climática e a polarização política ameaçam governos — e para o qual precisava estar mais bem apetrechado do que está.

Lula deveria ir a Davos ou, no mínimo, mandar o ministro da Fazenda ou o vice-presidente da República

Marina Silva tem lá fora. Mas até pelo fato de haver questões não arbitráveis na pauta ambiental e disputas internas, a presença de Alexandre Silveira na comitiva meio que “anula” a simbologia de mandar a ministra para lá. Além do mais, a greve dos servidores do Meio Ambiente, que se estende há semanas e compromete o resultado que começava a ser construído no combate aos crimes ambientais, meio que esvaíza o trunfo que Marina poderia exibir publicamente.

Outra das obsessões passadistas de Lula que resistem a cada Ano-Novo é a ideia de um capitalismo de Estado a despeito das evidências. A insistência em aboletar o ex-ministro Guido Mantega no conselho de administração da Vale se insere nessa visão de mundo que já passou na janta e o ex-Carolina e Lula não viram.

É uma espécie de terceira tentativa de dar a Mantega o que Lula acha que lhe é devido. Não deu certo no BID, não colou a ideia de tê-lo no comando da empresa, privatizada há longos 26 anos, e agora vem esse plano C, que é colocando o petista, um pouco no conselho, com um salário nada módico de R\$ 100 mil, para, lá na frente, tentar construir o acordo para que ele talvez emplaque como presidente da companhia. Aparelhar o fundo de pensão da Previ para atuar nas empresas de que é acionista é outro filme velho cuja reprise não condiz com as prioridades do mundo em franca transformação. Mesmo na agenda econômica há urgências batendo à porta do governo, um cobertor curto em termos daquilo com que é possível contar para investir e questões que dependem de uma imersão maior do presidente, até para evitar batidas de cabeça que possam desaguar em crise, como essa questão maltrapada do vai não vai da reatuação da folha de 17 setores da economia.

Na insistência em recriar um mundo conhecido, Lula fecha os olhos para o existente e para um que vai se moldando — em que a economia cresce mesmo e a emergência climática e a polarização política ameaçam governos — e para o qual precisava estar mais bem apetrechado do que está.

## GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
PRESIDENTE: Joo Roberto Moreira  
VICE-PRESIDENTES: Joo Roberto Moreira e Roberto Moreira

## O GLOBO

APRESENTADO POR JORNAL DO GLOBO  
DIRETOR GERAL: Frederico Zupiani Kozlowski  
DIRETOR DE REDAÇÃO: EDUARDO REIS (RJ) e LUIZ CARLOS DE SOUZA (SP)  
DIRETORES DE REDAÇÃO: LUIZ CARLOS DE SOUZA (RJ) e LUIZ CARLOS DE SOUZA (SP)  
DIRETOR DE REDAÇÃO: LUIZ CARLOS DE SOUZA (RJ) e LUIZ CARLOS DE SOUZA (SP)

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

Redação: Rua do Brasil, 25 - Centro Novo - Rio de Janeiro RJ  
CEP: 20.030-000 - Tel: (21) 254-1000 Fax: (21) 254-1001

Princípios editoriais do Grupo Globo: <http://globo.br/principios>

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira

EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira  
EDICIONAMENTO: Joo Roberto Moreira